

## GEOPARQUES NO BRASIL: QUO VADIS?

*Nascimento, M.A.L.<sup>1</sup>; Borba, A.W.<sup>2</sup>; Mantesso-Neto, V<sup>3</sup>; Meneses, L.F.<sup>4</sup>*

1 – Departamento de Geologia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal/RN;

2 – Departamento de Geociências – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS;

3 – Membro do Conselho de Monumentos Geológicos, Estado de São Paulo, São Paulo/SP;

4 – Departamento de Engenharia e Meio Ambiente – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Rio Tinto/PB

**RESUMO:** O conceito de geoparque/*geopark* surgiu na Europa no final da década de 1980 em resposta à necessidade de conservar e melhorar áreas com importância geológica. Refere-se a um território com um geopatrimônio importante, juntamente com outros atrativos naturais e culturais, no qual se define uma área bem delimitada onde se implanta uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Hoje os geoparques constituem um programa internacional da UNESCO com 140 geoparques distribuídos em 38 países. No Brasil existe apenas um – o Geopark Araripe – no sul do estado do Ceará, certificado em 2006 pela Rede Global de Geoparques (RGG) e ratificado em 2015 junto ao Programa Global de Geoparques UNESCO (PGG). Passados mais de 10 anos, o Brasil ainda não conseguiu obter a certificação de novos geoparques. Nesse período resultaram infrutíferas duas tentativas de novas certificações, respectivamente, pelos projetos Geoparque Quadrilátero Ferrífero (MG) e Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS). Apesar disso vários outros projetos, alguns mais avançados, outros menos, estão sendo trabalhados, com destaque para Seridó (RN), Caçapava do Sul (RS), Cariri Paraibano (PB), Cânions do Sul (SC/RS), Costões e Lagunas (RJ), Chapada dos Guimarães (MT), Quarta Colônia (RS), Corumbataí (SP), Morro do Chapéu (BA), Serra do Sincorá (BA), Uberaba (MG) e Fernando de Noronha (PE). Apesar de tantos esforços, fica a pergunta “após 10 anos, porque o Brasil, com todo seu potencial, tem apenas um geoparque?”. Algumas tentativas de explicações para tal situação seriam: (1) falta de clareza e de compreensão, sobretudo por parte dos geólogos em geral do conceito geográfico de “território”, que é fundamental ao assunto, explicitada quando se analisam publicações com supostas “propostas de geoparques” com limites arbitrários, a exemplos de “polígono do DNPM”, ou “quadrados traçados”; (2) a interferência, às vezes não qualificada e intempestiva, do Estado, ao querer impor geoparques por decreto, como se fossem unidades de conservação; (3) deficiências no sistema educacional que se reflete em um abismo entre o conhecimento acadêmico sobre o geopatrimônio e a percepção das comunidades sobre seu território, dificultando a prática do geoturismo como premissa para o desenvolvimento econômico local; (4) o temor de que os projetos de geoparques percam continuidade, por questões políticas, com a troca da gestão pública; (5) dificuldade na articulação territorial para que os atores locais assumam seu papel na implantação, gestão e realização de ações para consolidar os projetos; (6) a ausência de um Fórum ou Comitê Nacional de Geoparques; e (7) o distanciamento da UNESCO Brasil com relação ao tema. Temos ainda que considerar que o sufixo “parque” no Brasil infelizmente traz à mente de algumas pessoas ideias que não correspondem à realidade do geoparque, mas à primeira vista geram um antagonismo, como por exemplo o medo de desapropriação de terras. Essas são algumas reflexões que trazemos não como críticas, mas com a esperança de que possam estimular o debate e a busca de caminhos para a expansão dos geoparques/*geoparks* no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** GEODIVERSIDADE, GEOCONSERVAÇÃO, GEOPARQUE.